

3/04/92

assim constitui o risco de especulação ou a possibilidade de litígio com o dono do terreno. Toda a fatura volta a ser incorrecta, disse.

Após algumas considerações do Senhor Presidente da Câmara sobre as possibilidades de adquirir o terreno necessário, alguns deles em caso extremo, o pedido de aquisição do terreno para a implementação da Rua Diagnóstico da Barragem do Zambujão foi votado e aprovado por unanimidade. Neste caso havendo a fatura a Presidente deve ser encarregado de servir os gastos na largura a Acto que é feito para a aprovação.

P.S.  
José Luis Folgado

AUTA NÚMERO VINTÉ

No dia três de Abril de mil novecentos e novecenta e dois horas vinte e uma horas deu-se inicio à segunda sessão extraordinária com a seguinte ordem de trabalhos:

Número um - Taxas e Licenças - Apreciação e votação da Tabela

Número dois - Feiras e Mercados - Apreciação e votação do regulamento

Número três - Publicidades e Propaganda - Apreciação e votação do Regulamento;

número quatro - Apreciação e votação do regulamento devedor autorizante;

número cinco - Apreciação e votação de alteração ao artigo número das disposições finais do regulamento dos autocarros;

número seis - Autorização para adesão a sócio colectivo da Casa do Alentejo em Lisboa;

número sete - Aprovação da primeira revisão do plano de actividades e do orçamento para mil novecentos e novecenta e dois;

número oito - Autorização para desclassificação de E.N. trezentos e sessenta e nove do KM dezenove ao KM vinte sete dezenas e setenta e cinco.

Lida a acta da sessão anterior foi a mesma aprovada.

3/08/92

por unanimidade. No período antes da ordem do dia o deputado José Afonso fez as seguintes perguntas: Foi aberto um estabelecimento comercial de varejo a retalho esse placa para industrial? Qual foi a opinião dos serviços técnicos em relação ao arrendamento de fachada? Já estamos inscritos no Movimento EAN? O deputado José Ferreira deu o seguinte esclarecimento: A tarifa da água que não votada na Assembleia? — Embora seja que a fixação desta tarifa é de exclusiva competência do executivo. Perguntou ainda o que se passa sobre o prêmio de construção e reurbanização de habitação;

O deputado Prates disse ter-lhe constado que a água vai ter um adicional de reais escudos proposto não se sabe por quem. Senão isto verdade?

A Presidente da mesa fez um pedido à Câmara na pessoa do Presidente ali presentes. De futuro, os actos de Câmara e sessões que se reúnam apresentem suas propostas da Cúrcana à Assembleia a reunião onde seu parecer, apreciação e votação serão para apreciação e aprovação, como consta sempre nas actas do executivo. O Sr. Presidente da Câmara antes de responder a estas perguntas pediu um esclarecimento: Numa sessão extraordinária podem ser feitas perguntas ao Presidente? Perguntou!

O deputado, seguido secretário, José Ferreira, citando o regulamento provou que pode existir sessões periódicas da ordem do dia, não podendo haver, isso sim, alteração da ordem de trabalhos numa sessão extraordinária. Passou a responder o Sr. Presidente de Câmara.

Disse esse relatório à pergunta do deputado José Afonso sobre o possível estabelecimento comercial na zona Industrial que a propósito do mesmo tivera conhecimento de um panfleto publicitário que dizia "Feira todos os dias", parecendo-lhe que, embora

3/04/92

30/

incorrecto, nós, Câncara, esse princípio vale também para intervir porque aquilo não é um estabelecimento. Se diz respeito às Finanças Objecto desse regulamento ou não nesse local. Não tem também, conhecimento de qualquer problema que a relação ao Ar condicionado de Fábrica. Em relação ao Movimento Plan está a pensar em Figueira da Foz a fim de ter uma visão mais correcta deste movimento. O Rémio de Construção Civil não está descontente, disse. Do referido adicional ao preço de água vale saber.

O deputado José Afonso voltou ao assunto do publicitado estabelecimento de venda de artigos de horto a vestir para contestar o que foi dito pelo Presidente dizendo que o termo onde o mesmo esteve instalado foi criado, abnovado e vendido para a Industrial, para fazer Industrial e não Comercial ou outras coisas qualquer. As Finanças venderam a ver com isso. A Câncara tem que impedir que seja diferente.

O deputado José Ferreira veio seguir a discussão acrescentar que foi aprovado um regulamento para a instalação de indústria naquele local, com a alteração dos preços, para tal não poderendo agora vir alguém, instalar ali outras actividades. Senão o mesmo de ter adquirido terras para habitação e instalar agora esse estabelecimento ou unha fábrica. Nesse caso não vale a pena estar a discutir e a abnovar regulamentos. Além disso para o exercício da actividade Comercial tem que ter um alvará e o Sr. Presidente já demonstrou que não tem conhecimento de tal ter sido autorizado.

O Dr. Presidente da Câncara disse que hoje mesmo faleceu com os fiscais da Câncara sobre o assunto, sendo eles que lhe disseram que a Câncara vale tudo a intervir. Vai no sentido

3/05/92

estudar o assunto e se tivermos que actuar, dissemos, ah isso temos hoje dividido que o faremos.

A deputada Joana Maria referiu-se ao assunto decretado que vêem se podendo conceder assim como e onde se quer, seu que sejam cumpridos todos os requisitos legais e muitos são:

Referiu o alvand, a designação comercial etc.

O deputado José Afonso trouxe este exemplo como revelador da inepticiia e superficialidade de fiscalização da Câmara já que si continuavam outras ocasiões.

Passou-se à discussão do ponto um:

O deputado José Ferreira esclareceu a Assembleia a cerca de fórmula como devem ser os trabalhos da Comissão nomeada para estreitar e atenuar as tensões e regulamentos constantes dos pontos um, dois, três e quatro. Foi-lhe concordado alguns pontos serem votados e que imediatamente secedo os documentos em discussão para o trabalho colectivo.

Ponto à votação - a tabela de taxas e licenças foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ponto dois - Ponto à votação o regulamento de Feiras e Mercados foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Ponto três - Ponto à votação o regulamento de fixação e inscrição de mensagens e publicidade e propaganda foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Ponto quatro - Ponto à votação o regulamento de veleias e rebelaute foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Ponto cinco - A alteração do artigo um das disposições finais do regulamento dos autocarros do município apresentada pela Câmara, após votação foi aprovada por unanimidade passando a ser de quarenta escudos o preço do Kilometro do autocarro.

3/04/92

pequeno e de oito escudos o do automóvel grande. —  
Ponto seis - Neste ponto foi aprovada por unanimidade a adesão do Município de Alter do Chão a sócio colectivo da Casa do Alentejo.

Ponto oito - Alterado a ordem dos projectos em discussão por conveniência dos trabalhos, trouxe a palavra o Sr. Presidente explicando o porquê das desclassificações proposta, acrescentando o facto de preverem alguns investimentos turísticos dentro dos Kilometros citados.

O deputado José Ferreira optou por dar uma panorâmica dos custos inerentes às receiprocidades previstas, calculando-o em dote mil e dezenas contas por Kilometro, tendo uma duração média de quatro ou cinco anos. Este tipo de tapete, só depois venha cara a sua manutenção residindo aqui oficializada questão entre Municipio e Governo. O ter-se proposto a desclassificação dos Kilometros de via urbana passa pelos custos que acarretaria a desclassificação total. Oferecido para a Vila de Alter, no que respeita a armamento pensa que há demasiado para falar e por falar para que amissáveis já custos incontáveis que poderão por seu causa ainda outros valores demasiado elevados para as populações. —

O deputado Ribeiro pensa que a desclassificação total das estradas não será imposta pelo que devia aproveitar-se a oportunidade. —

O deputado João Aço disse que aprovando parcialmente a desclassificação da E.N. trezentos e sessenta e nove estavam a falar discriminações, revelando a sua intenção de votar contra a proposta esse discussão se a mesma não fosse alterada. —

Passa à votação a proposta de desclassificação da E.N. trezentos e sessenta e nove entre os Kilometros

3/04/92

Fl.

detinhou e vinte sete, dezenas e setenta e cinco  
foi a resolução aprovada por unanimidade com uma  
abstenção e um voto contra do deputado José  
Ago que esse declarou que o voto disso ter votado  
contra porque achava que devia ser feita a  
desclassificação da EN. trazendo e sessenta e nove  
na sua totalidade, pois o que foi aprovado  
representa uma discriminação em relação à  
Freguesia de Chaves que também existe no MAPI.  
Passou-se à discussão do ponto sete

O Presidente de Cunha fez a introdução  
explicando os motivos da revisão do Plano de  
actividades e Orçamento para mil novembro  
e milzeiro e dois, que esse troco longo passa  
faz necessidade de adaptar os mesmos às  
circunstâncias previstas para investimentos vindos  
dos FEDER e da alienação de terras para investimento.

A propósito da alienação do terreno o deputado  
Vaininho perguntou o que acontecerá ao projecto de  
meio ambiente para a tecnia idade prevista do  
terreno agora esse questão é para o qual tivesse  
sido aprovado seu plano de permanecer e um  
período bastante curto. Achou, também, preverá  
esta revisão. Pensa que se devia fazer apelos  
quando estivessem garantidas as verbas.

O deputado José Ferreira voltou a criticar a  
actuação de Cunha que pôr plausível aprovar que  
nunca cumprir e depois alienar os terras para  
outros fins. Seu que tem de fazer as devidas  
alterações. Ponto de votação a proposta revisão  
do Plano de Actividades e do Orçamento para  
mil novembro e milzeiro e dois foi a resolução  
aprovada por unanimidade. Nada mais  
havia sido atractivo de ser aprovado - disse  
de que a burocracia que permanece é muito.

24/04/92

Seção  
José António Vaz Pires  
H.A.

ACTA NÚMERO VINTE E OITO

dos vinte e quatro de Abril de mil novecentos e noventa e dois pela vinte e uma horas deu-se inicio à segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Alter do Chão com a seguinte ordem de trabalhos:

Número um - Informações do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;

Número dois - Apreciação e votação da revisão do orçamento e plano de actividades de mil novecentos e noventa e dois;

Número três - Apreciação e votação do relatório de actividades e conta de conciliação - mil novecentos e noventa e um;

Número quatro - Apreciação e votação dos planos de Pormenor de infraestruturas do Bairro das Hortas do Chafariz dos Bocacos e da Zona industrial da Tapada do Lago em Alter do Chão.

Após chamada constatar-se as faltas dos deputados D. Masiá, Dr. Autero, Sr. Alvaroodre.

Após leitura da correspondência passou-se à leitura da acta da sessão anterior que foi aprovada por unanimidade com uma abstenção.

No período autos da ordem do dia o deputado Sr. José Afonso apresentou à Mesa uma moção sobre a saída que, após votação, foi admitida para discussão com maioria dos votos com uma abstenção. O deputado José Afonso justificou esta tomada de posição com o agravamento das más condições de funcionamento do Hospital que nos obrigou, seguindo nesse, a continuarmos de alguma forma a nossa luta, no intuito de, seu conjugado, tentarmos melhorar o estado festivo.